

# DISPUTAR O UNIVERSAL? OU NÃO? DO UNIVERSAL AO DIVERSAL

COMPETE FOR UNIVERSAL? OR NOT?  
FROM UNIVERSAL TO DIVERSAL

Izabela Bocayuva<sup>1</sup>

## RESUMO

Esse artigo problematiza os usos do conceito filosófico “universal” e sua base epistêmica na cultura ocidental. Essa problematização conduzirá ao “diversal”, uma proposta interpretativa desse mesmo conceito, mas que nasce numa outra experiência cultural, uma experiência afirmativa nela mesma, mas que para se exprimir diante da conjuntura de dominação que ainda se impõe hegemonicamente se autodeclara: contracolonialista.

**Palavras-chave:** Universal; Diversal; Contracolonialismo; Decolonial.

## ABSTRACT

This article problematizes the uses of the philosophical concept “universal” and its epistemic basis in Western culture. This problematization will lead to the “diversal”, an interpretative proposal of this same concept, but which is born in another cultural experience, an affirmative experience in itself, but which, in order to express itself in face of the situation of domination that is still impositive hegemonically, declares itself: countercolonialist.

**Keywords:** Universal; Diversal; Countercolonialism; Decolonial.

*Eu não sou um homem, eu sou um quilombola.*

Nêgo Bispo

Ailton Krenak, intelectual e ativista indígena, afirmou certa vez: “Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável, foi o de afirmar que somos todos iguais”. O que há de tão nefasto nessa igualdade universal?

Krenak denuncia um elemento fundamental no processo de aniquilamento do seu povo. [Mas não só do seu povo]. Pierre Clastres em *A sociedade Contra o Estado* (2017) mostra, em diversos aspectos, a resistência dos povos originários contra o “um”. Esse “um” nada tem a ver com matemática, nem é nada em abstrato. Os povos de quem fala Clastres, ao evitarem o “um”, estão evitando toda e qualquer forma de opressão, de subjugação, de

---

<sup>1</sup> Professora titular do Departamento de Filosofia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

concentração de poder, de relação mando-obediência, daí a denominação “contra o Estado”<sup>2</sup>. Krenak denuncia, com aquela afirmação, uma das estratégias da dominação colonial que, auxiliados desde o princípio pela Igreja e depois por formalismos jurídicos, apresentam-se como os arautos da humanidade inclusiva, ao mesmo tempo que praticam cinicamente a rapina e a discriminação racista. É fato que os povos colonizados até hoje não são convidados para a grande festa. Não que eles quisessem frequentá-la. Como Nêgo Bispo disse com altivez: Eu não sou um homem, eu sou um quilombola.

Há uma crônica capciosa e preconceituosa que diz que porque os indígenas americanos jamais haviam visto algo como as caravelas, eles nem mesmo enxergaram a sua aproximação. E se aplicássemos essa mesma oligofrenia perceptiva aos nautas das caravelas? Aos que narcisicamente só conseguiram enxergar os nativos a partir de si mesmos, mas como falta, defeito, ao qual chamaram, com desdém, primitividade: povos “sem rei”, “sem lei”, “sem deus”. Esse é um exemplo claro de eurocentrismo, perspectiva que vem sendo, há décadas, igualmente praticada pelos Estados Unidos, o que moveu Oyeronke Oyewumi a lhe alterar a denominação para ocidentocentrismo (OYEWUMI, 2023, p. 49).

*A Sociedade antiga*, obra do antropólogo evolucionista Lewis Morgan (2005), na qual Engels se inspirou para elaborar *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019), parte de um claro pressuposto: “A história da humanidade é uma só – na fonte, na experiência, no progresso” (2005, p.44). Essa história única seria a marcha necessária para a civilização, tendo começado pela selvageria, e depois passado pela barbárie. Segundo Morgan, o elemento principal para reconhecer o estágio mais desenvolvido da civilização é a plena “paixão pela propriedade”, que teria se tornado “dominante na mente humana das raças civilizadas” (Idem, p. 45).

Sua dominância, como uma paixão acima de todas as outras, marca o começo da civilização. Ela não apenas levou a humanidade a superar os obstáculos que atrasavam a civilização, mas também a estabelecer a sociedade política baseada no território e na propriedade. Um conhecimento crítico sobre a ideia de propriedade incorporaria, em alguns aspectos, a parte mais notável da história mental da humanidade” (Idem, p. 53)

2 “A revolução política é essa aparição misteriosa, irreversível, mortal para as sociedades primitivas, o que conhecemos sob o nome de Estado. E se se quiser conservar os conceitos marxistas de infraestrutura e de superestrutura, então talvez seja necessário reconhecer que a infraestrutura é o político e a superestrutura é o econômico. Somente uma convulsão estrutural, abissal, pode transformar, destruindo-a, como tal, a sociedade primitiva: aquilo que faz surgir em seu seio, ou do exterior, aquilo cuja ausência mesma define essa sociedade, a autoridade da hierarquia, a relação de poder, a dominação dos homens, o Estado.” (CLASTRES, 2017, p.177)

Morgan foca nos gregos e romanos para tratar de um tal começo civilizacional. Teriam sido eles a amadurecer plenamente a ideia de governo supostamente já nascida no estágio selvagem: “Após terem alcançado a civilização, coube aos gregos e romanos, usando sua capacidade até o limite, inventar a vila e o distrito e, assim, inaugurar o segundo grande plano de governo, que permanece até o presente entre as nações civilizadas” (Idem, p. 54). Ele inclusive comenta a condição “atrasada” dos povos das Américas, da África, da Polinésia, por ele classificados em estágios ora da selvageria, ora da barbárie, ainda a caminho da suposta meta de toda a humanidade: a civilização. (Idem, pp. 61 e 62).

Engels, apesar de não questionar a unidade histórica eurocêntrica proposta por Morgan, utiliza-se dos elementos de sua análise voltados para fenômenos concretos da vida cotidiana, relações interpessoais e sexuais, relações econômicas envolvendo o trabalho e a divisão do trabalho. Percebe na instauração da civilização o início da dominação masculina e o começo da desigualdade social. Antes disso, as sociedades eram matrilineares com a descendência determinada pela mãe, onde e quando todo produto de todo tipo de trabalho era compartilhado e os casamentos eram grupais. Subitamente, porém, emerge uma outra mentalidade. Os homens passam a tomar exclusivamente para si o excedente que produziam sobretudo na pecuária. Para darem conta desse excedente passam a se valer da exploração do trabalho de prisioneiros de guerra (gado humano): “à medida que se multiplicavam, as riquezas, por um lado, proporcionavam ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro, geravam o impulso para valer-se dessa posição fortalecida<sup>3</sup> a fim de derrubar a sucessão hereditária em favor de seus filhos/filhas”. (ENGELS, 2019, p.59) Os homens impuseram, então, o direito hereditário paterno, estabelecendo, para sua garantia, o casamento monogâmico, instaurando, assim, o domínio patriarcal. Engels comenta:

A derrubada do direito materno representou a *derrota do sexo feminino no plano da história mundial*. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heróico e, mais ainda, do período clássico, foi gradativamente

<sup>3</sup> Mesmo que não fique demonstrado porque afinal teria ocorrido uma alteração comportamental tão radical que salta de uma atitude social coletivista que compartilha para uma outra contundentemente egoísta e subordinadora, parece que tal transformação social ocorre com a entrada em cena de um afeto de superioridade associado à noção de propriedade: o aumento da riqueza dava “ao homem uma posição *mais* importante que a da mulher na família”.

floreada e dissimulada, e, em parte, revestida de formas atenuadas, mas de modo algum foi eliminada. (Idem, p.60)

A família patriarcal seria, pois, a primeira forma de Estado: hierarquia, coerção, subjulação, tudo que constitui fundamentalmente cada uma das desigualdades sociais que existem e ainda possam existir.

Originalmente a palavra *família* não significava o ideal do filisteu de nossa época, composto de sentimentalismo e discordia doméstica; entre os romanos nem mesmo se fazia referência ao casal e a seus filhos e filhas, mas unicamente aos escravos. *Famulus* designa o escravo doméstico e *família* é o conjunto de escravos que pertencem a um homem. Ainda na época de Gaio, a *familia, id est patrimonium* (família, isto é, a herança), era legada por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe submetia mulher, filhos, filhas e certo número de escravos ao seu poder paterno romano, com direito de vida e morte sobre todos eles. (Idem, p.53)

Assim, a civilização ocidental é constituída originalmente de: paixão pela propriedade privada, dominação masculina, escravidão, subjulação da mulher. Nenhum horizonte para qualquer igualdade, a não ser a que se atribuíam os homens em posição de poder superior, como era o caso dos pouquíssimos membros da cúpula governamental espartana que se autodenominavam “os iguais”. De fato, sua ‘igualdade’ cumpria criar precisamente a desigualdade, que garantia sua diferença em relação aos demais. Mas, na história grega, o fenômeno discriminatório que reunia de um lado “os iguais”, de outro, todos os demais, não se restringia às cidades de mentalidade oligárquica e conservadora: “No conjunto, a ideologia grega foi, mesmo no regime democrático, competitiva, elitista e antidemocrática no sentido que nós podemos atribuir à palavra” (TRABULSI, 2001, p.93). O mundo grego tinha como base a escravidão. Só era cidadão o homem livre e este definia-se como o não escravo: “A participação política dos escravos é contida e combatida permanentemente pelos cidadãos, tão ciumentos em relação às suas prerrogativas, sabendo perfeitamente que lá residia a chave de seus privilégios” (Idem, p.135). A “inferioridade natural”<sup>4</sup> era a principal justificativa para o alijamento social tanto dos escravos quanto das mulheres (uma modalidade de escravidão), o que automaticamente legitimava, por óbvia contraposição, a suposta superioridade masculina do pai, do marido ou do senhor. Nietzsche foi um grande admirador do caráter eminentemente aristocrático da cultura grega, o que podemos observar numa passagem da

---

<sup>4</sup> Aristóteles defende na *Política* que há uma natureza de escravo. Cf. ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mario da Gama Cury. Brasília: UnB, 1997. (Livro I, Cap. II, 1253b-1255b)

*Genealogia da moral* quando ele caracteriza o *ethos* do “nobre homem superior” que cria valores:

Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores, em posição e em pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo o que era baixo e vulgar e plebeu. Desse *páthos da distância* é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade! Esse ponto de vista da utilidade é o mais estranho e inadequado, em vista de tal ardente manancial de juízos de valor supremos, estabelecedores e definidores de hierarquias. (...) O *páthos* da nobreza e da distância, como já disse, o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe baixa, com um “sob” – é a origem da oposição “bom” e “ruim”. (NIETZSCHE, 2001, p.19)

No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1755, afirma Rousseau sobre o nascimento da sociedade civilizada saindo da barbárie:

Acostumam-se a considerar diferentes objetos e a fazer comparações; adquirem insensivelmente ideias de mérito e de beleza que produzem sentimentos de preferência [...] cada qual começou a olhar os outros e a querer ser olhado por sua vez, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor; o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou o mais eloquente passou a ser o mais considerado. E foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício ao mesmo tempo; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado a vaidade e o desprezo, de outro a vergonha e o desejo, e a fermentação causada por esses novos germes produziu por fim compostos funestos à felicidade e a inocência. (ROUSSEAU, 1999, p.210-211)

Segundo Rousseau, no início da civilização há um afeto fundador: o do “mais contra o menos”, o do privilegiado e do desprezado. Esse “primeiro passo para a desigualdade” teria conduzido consequentemente a uma sociedade em que uns impõem sua autoridade sobre outros: “O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.” (p.203). Rousseau critica a tese hobbesiana de a maldade humana pertencer ao estado de natureza, mas não para negar o fato da maldade, e sim para salientar que ela só pode existir entre os homens num estágio mais avançado da sociedade, aquele que Morgan e Engels chamaram civilização.

Há, pois, acordo entre teóricos ocidentais de que a sociedade ocidental é orientada, desde seu início, pela e para a cultura opressora das desigualdades. A partir da modernidade, a prática colonialista, exploradora e racista ao extremo, sempre foi essa. Discursos como os de Locke, que por um lado se afirmam preocupados com a liberdade, mostram a seletividade

dessa preocupação. Sua defesa contundente da liberdade no âmbito social, limitava-se a defender, para os proprietários: homens brancos, a garantia legal de manterem e eventualmente expandirem suas propriedades. E não nos encontramos aqui mais uma vez com o grupo dos ‘iguais’ concebido pela aristocracia grega, do qual estão excluídos todos os demais? Como se não bastasse a exclusão das mulheres (brancas) nesse processo, permanecendo estas como tuteladas pelos homens, ele ainda, na função de Secretário da Associação de proprietários de escravos da Carolina do Norte, assegurava legalmente a apropriação privada de homens e mulheres negros (igualados por ele a animais de carga). E Locke radicaliza a hipocrisia enquanto um suposto defensor da liberdade: era acionista da *Royal African Company*, a maior empresa transportadora de escravos da época.

A Revolução Francesa, representante máxima do humanismo cultivado na Europa e exportado pelo seu caráter “redentor” não fica atrás em hipocrisia. A respeito dessa revolução, a história hegemônica imprimiu em todos nós a memória de transformações sociais maravilhosas. Porém, o progressismo que se efetivou ali limitou-se a transferir o poder da monarquia para uma classe abastada da população e seus intelectuais aliados, que proclamaram, então, a República burguesa, isto é, cumpriram plenamente a transição da sociedade francesa para o livre mercado. Rapidamente foram alijados do movimento os que por sua radicalidade tomaram a Bastilha, tendo, de fato, possibilitado a grande virada, os homens do povo. Não houve de fato uma transformação libertadora para a vida da população comum, dos trabalhadores em geral que apenas mudaram de “senhor”. Dito isso, vamos considerar o lema principal da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Foi ele que embasou a Declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), onde está dito que *todos os cidadãos* devem ter os direitos de “liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão”, e que, por sua vez, inspirou também a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, vigente até hoje. É triste constatar, mas de fato jamais vigorou o suposto direito à liberdade, igualdade e fraternidade para todos os cidadãos.

Nesse mesmo momento revolucionário o Haiti era uma colônia de exploração francesa. Três anos depois da declaração dos direitos humanos concebida e redigida pelos franceses, em 1792, os escravos haitianos organizados começam um processo revolucionário de libertação que acaba vitorioso, tendo derrotado inúmeros exércitos, inclusive o terrível exército napoleônico. Em 1804 os haitianos proclamaram sua independência – e libertação da escravidão – colocando no poder um escravo autoliberto. Direito de resistir à opressão? Os

franceses não só não reconheceram a Revolução e a Independência haitiana, como, aliados a inúmeros países, impuseram sanções e blindagens ao novo país que até os dias de hoje lhes impedem o desenvolvimento. A grandeza e coragem guerreira dos haitianos, foi transformada em fraqueza pelos que se vangloriam de terem conquistado a liberdade, igualdade e fraternidade republicanas para si mesmos, os franceses da metrópole. Naquele momento, com a escravidão vigendo no mundo todo, foi feito o possível pelo poder hegemônico para esconder tais acontecimentos realmente revolucionários. Até hoje, os livros de história ou calam completamente, ou não enfatizam a Revolução do Haiti. O apagamento do esforço haitiano pela conquista vitoriosa da liberdade é inversamente proporcional à propaganda massiva, de fachada, por uma liberdade que, na verdade, corre para abraçar as prisões excludentes do capitalismo. Capitalismo que não é apenas um modo de organização econômica, mas a forma econômica do *ethos* ocidental. Um aparato sofisticado de pseudociência foi criado ao longo dos séculos XIX e XX para encobrir a barbárie praticada pelos supostos civilizados. Muitos filósofos, biólogos, médicos, os nascentes cientistas sociais, estiveram a serviço da justificação racional dessa barbárie.

Aimé Césaire, poeta e ativista martiniquenho, acusa em seu *Discurso sobre o Colonialismo* o único momento de uma certa retração “envergonhada” do homem ocidental fingindo surpresa diante do holocausto de Hitler, quando o europeu vitimou o europeu, o homem branco:

E então, um belo dia, a burguesia despertada por um golpe formidável: (...) Nos assombramos, nos indignamos. Dizemos: "Que curioso! Porém, bah, é o nazismo, passará!" E esperamos. Nos esperançamos; e calamos a nós mesmos a verdade, que é uma barbárie, porém a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a cotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, porém contudo antes de ser a vítima fomos seu cúmplice; que apoiamos esse nazismo antes de padecê-lo, o absolvemos, fechamos os olhos diante dele, o legitimamos, porque até então só se havia aplicado aos povos não europeus; e cultivamos esse nazismo; somos responsáveis por ele e ele brota, penetra, goteja, antes de engolir em suas águas avermelhadas a civilização ocidental e cristã por todas as fissuras desta. Sim, valeria a pena estudar clinicamente, com detalhe, as formas de atuar de Hitler e do hitlerismo, revelar-lhe ao mui distinto, mui humanista, mui cristão burguês do século XX que leva dentro de si um Hitler e que ignora que Hitler o habita, que Hitler é seu demônio, que, se o vitupera, é por falta de lógica, e que no fundo o que não é perdoável em Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, senão o crime contra o homem branco, e haver aplicado na Europa procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia, e aos negros da África.

E esta é a grande reprovação que eu faço ao pseudo-humanismo: haver socavado por muito tempo os direitos do homem; tido deles e ainda ter, uma concepção estreita e dividida, incompleta e parcial; e, no final das contas, sordidamente racista. (CÉSAIRE, 2010, p. 20-22)

Tem data marcada e intenção clara<sup>5</sup> a propagação da noção de que o nazismo foi o crime mais extremo em absoluto e quiçá insuperável contra a humanidade. Sempre houve “Hitlers” anteriores como os houve e haverá posteriores ao holocausto contra os judeus, como afirmou acima Aimé Césaire. O genocídio na Palestina proporcionado pelos sionistas encabeçados por Netanyahu é o caso mais recente!

Esta Europa, citada ante o tribunal da “razão e ante o tribunal da “consciência”, não pode justificar-se; e se refugia cada vez mais em uma hipocrisia ainda mais odiosa, porque tem cada vez menos probabilidades de enganar. A Europa é indefensável. (Idem, p. 15)

Mas, para os que ainda tentam aliviar ou amenizar a situação alegando ganhos por parte dos colonizados, e generosidade por parte dos colonizadores, Césaire rebate:

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação.  
De minha parte, eu faço apologia sistemática das civilizações paraeuropeias.  
Cada dia que passa, cada denegação de justiça, cada repressão policial, cada reivindicação operária afogada em sangue, cada escândalo sufocado, cada expedição punitiva, cada ônibus da *Compañía Republicana de Seguridad*, cada policial e cada miliciano nos fazem sentir o preço de nossas ancestrais sociedades.  
Eram sociedades comunitárias e não para alguns poucos.  
Eram sociedades não só ante-capitalistas, mas também anti-capitalistas.  
Eram sociedades democráticas, sempre.  
Eram sociedades cooperativas, sociedades fraternais.  
Eu faço apologia sistemática das sociedades destruídas pelo imperialismo.  
Elas eram o fato, não tinham nenhuma pretensão de ser a ideia; não eram, apesar dos seus defeitos, nem detestáveis nem condenáveis. Contentavam-se em ser. Nem a palavra derrota, nem a palavra transfiguração tinham sentido diante delas. Conservavam intacta a esperança. (2010, p. 33-34)

Krenak partilha da lucidez de Césaire em relação à grandeza das sociedades ancestrais e do contraste radical de seu modo de ser comparado ao *ethos* ocidental.

---

5 Até a criação do Estado de Israel era unânime a compreensão de que o antisemitismo era apenas mais uma forma de racismo dentre tantas outras cultivadas pelo colonialismo há séculos. Por exemplo, a primeira parte do livro de Sartre *Reflexões sobre o racismo* (1963), chama-se justamente: “Reflexões sobre a questão judaica”, tratando a segunda parte da tomada de consciência do negro por séculos racializado. A partir da criação de Israel entrou em cena uma política revisionista tentando descolar o holocausto da “longa duração colonial racista” para fazer desse evento um evento único na história da humanidade, uma espécie de mal absoluto. Uma tal tentativa queria justificar a negação do mesmo direito de reparação concedido ao povo judeu, para outras vítimas históricas do colonialismo imperialista: o Kênia, a Namíbia, o Vietnã, a Argélia, o Congo, Angola, Moçambique, etc. etc. Cf. MANOEL & LANDI. Raça, Classe e Revolução. São Paulo: autonomia Literária, 2020. PRASHAD, Vijay. Estrela Vermelha sobre o Terceiro Mundo. São Paulo: expressão Popular, 2019. FANON, Franz Os Condenados da Terra. Trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

Algumas escolas indígenas, com muitas dificuldades na tentativa de reconfigurar o aparelho escolar, buscam preparar cada um no contexto da sua comunidade, para agir ali. Essas escolas não são plataformas de lançamentos de meninos<sup>6</sup>, mas lugares para eles estarem. Nós que persistimos em uma experiência coletiva, não educamos crianças para que elas sejam campeãs em alguma coisa, mas para serem companheiras umas das outras. Não almejamos, por exemplo, que virem chefes. A gente não treina chefes. A base da educação é feita em fricção com o cotidiano. A eventual liderança de uma criança será resultado da experiência diária de colaboração com os outros, não de concorrência. (KRENAK, 2022, p.114-115)  
(...)

As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida em que o indivíduo conta menos que o coletivo. Esse é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é colocar o coração no ritmo da terra. (Idem, p. 117-118)

Nego Bispo, quilombola do nordeste brasileiro é mais um a afirmar um modo de vida que não só tradicionalmente resiste à opressão colonial, como se constituiu em radical oposição a ela. Os quilombos eram originalmente sociedades formadas por escravizados fugitivos. O quilombo dos Palmares, “primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária”, instituiu coletivamente, sob a liderança do genial Zumbi<sup>7</sup>, uma organização política e socioeconômica de *efetiva* harmonia racial, onde negros, índios, brancos e mestiços, viviam do trabalho livre e cujos benefícios revertiam para *todos*, sem exceção (GONZALEZ, 2020, p. 51).

Desde o quilombo dos Palmares, a cultura quilombola jamais deixou de ser “contracolonialista”, como afirma Nego Bispo ao criar este conceito:

---

<sup>6</sup> Krenak se refere à competição estimulada nas escolas e pelas famílias ocidentais, o estímulo de atingir lugares de destaque. Cf. (Krenak, 2022, p.105).

<sup>7</sup> A comemoração do dia da consciência negra acontece no Brasil todo dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi pelas forças coloniais. Entre 1595-1695 durou na antiga Capitania de Pernambuco o primeiro Estado livre de todo o continente americano: a República Negra de Palmares. A história oficial silencia que o maior esforço bélico despendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês (1630-1654), como se costuma divulgar. (GONZALEZ, 2020, p.51). Silenciamento proposital para construir o mito da passividade do povo oprimido. Aimé Césaire cita em *Discurso sobre o Colonialismo* uma fala de Renan a esse respeito: “A natureza conformou uma raça, a raça chinesa, com uma destreza manual maravilhosa, desprovida de qualquer sentimento de honra; governai-a com justiça, arrancando dela, para um bem-estar de um tal governo, um amplo dote em benefício da raça conquistadora, e estará satisfeita; uma raça de trabalhadores do campo, os negros, seja com eles bondosos e humanos, e tudo estará em ordem; uma raça de amos e soldados, a raça europeia. Reduza-se esta nobre raça a trabalhar no calabouço como negros e chineses, e ela se rebelará. Todo rebelde é, mais ou menos, entre nós, um soldado que frustrou sua vocação, um ser feito para a vida heroica, e que vós empregais para uma faina contrária à sua raça, ou seja, mal operário, demasiado bom soldado. Agora bem, a vida que subleva a nossos trabalhadores faria feliz a um chinês, a um fellah, a seres que não são em absoluto militares. Que cada um faça aquilo para o qual está talhado e tudo irá bem” (Apud. CÉSAIRE, 2010, p. 24)

Os indígenas viviam no Brasil em um sistema de cosmologia politeísta. Viviam integrados cosmologicamente, não viviam humanisticamente. Chegaram então os portugueses com suas humanidades, e tentaram aplicá-las às cosmologias dos nossos povos. Não funcionou. Surgiu assim o contracolonialismo. O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. O contracolonialismo praticado pelos africanos vem desde a África. É um modo de vida que ninguém tinha nomeado. Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. (2023, p.58-59)

Chama a atenção como Nego Bispo identifica ocidente e humanismo. Ele discerne cirurgicamente e recusa de modo contundente a ideologia universalizante, ou melhor, uniformizante, propagada através de um cínico discurso de uma igualdade que, se ainda não foi realizada, deve ainda ser incansavelmente desejada por todos os capturados na armadilha capitalista do colonizador de hoje em dia. E Nego Bispo pode identificar nitidamente um tal jogo de captura de almas por ter ele próprio se formado numa tradição comunitária desde sempre radicalmente diversa, o que lhe permitiu uma distância<sup>8</sup> necessária e salutar para que lhe fosse possível evitar o perigo de sua própria ruína:

Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os diversos, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformam a natureza em dinheiro, em carro do ano. (...) Eu não sou humano, sou quilombola. Sou lavrador, pescador, um ente do cosmos. (...) *Humanismo* é uma palavra companheira da palavra *desenvolvimento*, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza. Do lado oposto dos humanistas estão os *diversais* – os cosmológicos ou orgânicos. Se os humanos querem sempre transformar os orgânicos em sintéticos, os orgânicos querem apenas viver como orgânicos, se tornando cada vez mais orgânicos. Para os diversos, não se trata de desenvolver, mas de envolver. Enquanto nos envolvemos organicamente, eles vão se desenvolvendo humanisticamente. (...) Os humanistas querem nos convencer de que a globalização é uma convivência ampla, quando de fato não é. Em vez de compreender o globo de forma diversal, envolvendo vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos, quando eles falam em “globalizar”, estão dizendo “unificar”. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas. A globalização para os humanos não existe, o que existe para eles é a história do eurocentrismo – da centralidade, da unicidade. O que chamam de globalização é universalidade. Não no sentido que nós entendemos por universalidade, mas no sentido de unicidade. (...) Os humanistas não querem globalizar no sentido diversal, mas no sentido de unificar, de transformar tudo em um. (...) Para nós só há um porque há mais de um. (2023, p. 29-32)

O conceito de diversalidade aqui proposto nos remete diretamente ao modo de ser e pensar dos povos indígenas que ainda resistem à imposição da ideologia do colonizador, bem

<sup>8</sup> Uma distância que nada tem a ver com aquele “*páthos* da distância” que opera hierarquicamente a partir dos superiores e dos inferiores. Ver p. 5 acima.

representados pela lucidez de Ailton Krenak, Kopenawa e muitos outros que saíram do silêncio, que se tornaram plenamente sujeitos de suas experiências. A rejeição aberta de Nego Bispo ao humanismo rejeita a secular e cansativa hipocrisia excludente que se apresenta como includente, e que hoje configura, desde a base, a movimentação e o discurso da globalização, uma movimentação, na verdade, de expansão capitalista meramente. O quilombola Nego Bispo, tal como os povos ameríndios, questiona o entendimento de Todo, de Cosmos, de Um. Interpreta a universalidade como diversalidade, rejeitando a uniformidade (o que ele chama de igualdade) como parâmetro orientador cultural, parâmetro do que ele denomina cosmófobia: “A cosmófobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunização que nos protege da cosmófobia? A contracolonização. Ou seja, o politeísmo, porque a cosmófobia é germinada dentro do monoteísmo.” (2023, p.19) Esse monoteísmo não se restringe ao campo religioso. Desde Platão as (divinas) ideias são unas e todas as coisas no mundo dos mortais, as diversas multiplicidades, referem-se a elas, à unidade da qual são no máximo cópias assemelhadas. Por exemplo, todas as mesas concretas tendem a ser como a ideia de mesa, o modelo divino e unitário de mesa, sendo esse modelo considerado por ele como a única mesa real. Resta à multiplicidade concreta, assemelhando-se ao um separado, uniformizar-se. Trata-se de uma questão filosófica fundamental: a interpretação do Um e do Universal. Cabe uma disputa? Sim e que não seja só teórica, que não fique só no papel.

Os autores de um livro recente, *O despertar de tudo* (2022), David Graeber e David Wengrow, questionam o questionamento emergente na Europa do século XVIII acerca da origem da desigualdade. Tal questionamento partiu da sociedade ocidental tomada como topo de um processo evolutivo supostamente universal e necessário que serviu para qualificar os povos como desenvolvidos ou primitivos. Vimos anteriormente aqui autores como Rousseau, Morgan, Engels, seguindo essa linha eurocêntrica de raciocínio. Segundo esse modo de pensar, as sociedades igualitárias, coletivistas, pertenceriam sempre a estágios inferiores de desenvolvimento (Marx e Engels falam de comunismo primitivo), enquanto as sociedades marcadas pela desigualdade, pela propriedade privada, as ditas sociedades civilizadas, seriam, pelo bem ou pelo mal, as sociedades mais desenvolvidas, valoradas em geral como melhores que as anteriores (lembremos que Marx, propõe a revolução do proletariado para superar radicalmente o *modus operandi* da sociedade capitalista, desenvolvida tecnologicamente, mas não “a melhor”). Segundo as pesquisas dos autores de

*O despertar de tudo*, nada poderia justificar definitivamente uma sequência necessária de um desses modos de vida em relação ao outro, a não ser a vontade deliberada de convencer, com ares “científicos”, que o mundo habitado e vivido pelos supostos “vencedores” da narrativa histórica predominante, seria não só inevitável, como resultado de uma evolução necessária. Para Graeber e Wengrow, a questão política importante que urge considerar não é tanto uma suposta origem da desigualdade. Eles mostram evidências de que sociedades igualitárias e sociedades pautadas pela desigualdade sempre coexistiram. O que importa, portanto, perguntar é: por que a perspectiva de vida social que promove a desigualdade é tão predominante (ainda hoje), por que insistimos tanto em nossa contemporaneidade e de um modo tão planetário nesse modo de vida tão reconhecidamente nefasto?

Ouvimos aqui Aimé Césaire falar da indefensabilidade da cultura da desigualdade. Ouvimos também Nego Bispo falar que ela não tem cura, como confirmam acima os estudos de Graeber e Wengrow. Não será, por certo, atuando apenas academicamente que atingiremos aquela “imunização” sobre a qual nos fala o quilombola Nego Bispo, única saída do aprisionamento do colonizador. A contracolonização necessita de engajamento no mundo concreto. Parafraseando Marx no Manifesto Comunista, e valendo-me de um importante conceito de Lélia Gonzales: Amefricanos, uni-vos!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mario da Gama Cury. Brasília: UnB, 1997

BISPO, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Trad. Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CASTRO, Celso (Org.) *Evolucionismo Cultural – Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Trad. Theo Santiago São Paulo: UBU, 2017.

ENGELS. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: elefante, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um humanismo AfroLatinoAmericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAEBER & WENGROW, D. *O despertar de tudo*. Trad. Denise Bottmann e Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

\_\_\_\_\_. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Ed. Abril, 1973.

MANOEL & LANDI. *Raça, Classe e Revolução*. São Paulo: autonomia Literária, 2020.

NIETZSCHE. *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OYEWUMI, Oyeronke. *A invenção das mulheres*. Trad. Wanderson Flor Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PRASHAD, Vijay. *Estrela Vermelha sobre o Terceiro Mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRABULSI, José. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.